

## O FENÔMENO WIKILEAKS E AS REDES DE PODER

### THE WIKILEAKS PHENOMENON AND THE NETWORKS OF POWER

Sergio Amadeu da Silveira \*

#### RESUMO

O artigo trata das implicações políticas e comunicacionais do fenômeno Wikileaks. Partindo da perspectiva de Yochai Benkler sobre como as redes digitais alteraram o ecossistema comunicacional, aumentando o poder de disseminação de informações de indivíduos e organizações. Busca problematizar as categorias de poder comunicacional e poder na rede de Manuel Castells, bem como a relação entre poder e controle. São também visitadas as perspectivas de Morozov e Galloway sobre as possibilidades democráticas e restritivas da arquitetura distribuída da Internet. O artigo também identifica uma nova articulação do ativismo em rede, inspirada na cultura hacker e nas práticas colaborativas. Alerta que os ataques ao Wikileaks demonstram a gravidade e os perigos da gestão de infra-estruturas fundamentais para o cotidiano globalizado que estão sob o controle de estruturas privadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Wikileaks. Ciberativismo. Poder Comunicacional.

#### ABSTRACT

The article discusses the policy implications of the Wikileaks communication phenomenon. From the perspective of Yochai Benkler on how digital networks have altered the ecosystem of communication, increasing the capacity to disseminate information of individuals and organizations. It intends to problematize the categories of power communication and power network in Manuel Castells, as well as the relationship between power and control. Are also showed the prospects of Morozov and Galloway on the democratic and restrictive potential of the Internet distributed architecture. The article also identifies a new articulation of activism network, inspired by the hacker culture and the collaborative practices. It warns that Wikileaks attacks demonstrate the seriousness and dangers of of key infrastructure management under control of private structures.

**KEYWORDS:** Wikileaks. Cyberactivism. Hacktivism. Communication Power.

---

\*Professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da UFABC. Doutor em Ciência Política. Membro do Conselho Científico da ABCiber e do Comitê Gestor da Internet no Brasil. E-mail: samadeu@gmail.com

## O QUE HÁ DE NOVO?

O fenômeno Wikileaks foi apresentado à opinião pública como algo novo e espetacular. Entretanto, uma análise mais apurada dos fatos permite-nos afirmar que revelações sobre documentos sigilosos envolvendo Estados e corporações são antigas e algumas podem ser consideradas tão ou mais impactantes do que as divulgadas pelo Wikileaks. As consequências políticas efetivas dos vazamentos, difundidos em 2010, foram menores do que outras denúncias que desnudaram operações secretas, como as do escândalo Watergate que resultaram na renúncia do presidente Nixon. Até o início de 2011, as ações do Wikileaks não alteraram nenhuma posição estatal importante, por exemplo, no governo norte-americano.

Do ponto de vista do uso de redes digitais, o Wikileaks para obter informações, articular informantes e apurar os fatos, usou ferramentas básicas muito conhecidas na rede. Nem mesmo a sobrecarga de acesso aos sites de grandes corporações financeiras obtidas pelo uso da técnica de um DDOS (Distributed Denial of Service) é recente. Já em 1998, um grupo de ativistas autodenominados Electronic Disturbance Theatre (EDT) utilizaram diversas ações de DDOS para impedir o acesso aos sites do governo norte-americano e mexicano. Também o uso de criptografia forte para proteger a comunicação de dados entre os apoiadores do Wikileaks não é inovador. A rede e o software TOR, por exemplo, têm sido usados desde 2002 por diversos ativistas dos direitos humanos, inclusive na China.

Este artigo expõe os resultados de uma pesquisa que procurou identificar o que há de novo no fenômeno Wikileaks e quais foram as suas implicações políticas, comunicacionais e culturais até o momento. Para observar e analisar o fenômeno, partiu-se da perspectiva de Yochai Benkler de que a Internet alterou o ecossistema comunicacional, aumentando o poder de disseminação de informações de indivíduos e organizações, bem como da perspectiva de Castells sobre a relação entre poder e comunicação em uma sociedade de controle, noção emprestada de Deleuze e aplicada por Galloway no universo da Internet.

## PRESSUPOSTOS TEÓRICOS SOBRE PODER COMUNICACIONAL E CONTROLE

As afirmações de Yochai Benkler sobre o que seria uma nova ecologia dos meios permite organizar um projeto de solução empírica para a controvérsia sobre a ampliação ou não do poder comunicacional dos indivíduos a partir da emergência da Internet. Benkler escreveu:

The networked information economy improves the practical capacities of individuals along three dimensions: (1) it improves their capacity to do more for and by themselves; (2) it enhances their capacity to do more in loose commonality with others, without being constrained to organize their relationship through a price system or in traditional hierarchical models of social and economic organization; and (3) it improves the capacity of individuals to do more in formal organizations that operate outside the market sphere. (BENKLER, 2007: 8)

No cenário dominado pelos meios de comunicação de massas, a saber, pelo rádio, jornais e televisão, o poder comunicacional dos indivíduos era bem menor do que no existente com a expansão da Internet. Os indivíduos podem fazer mais por eles mesmos, agora no ambiente das redes, desde buscar informações, obter serviços online até disputar com a grande imprensa a transformação de um relato em uma notícia capaz de atingir milhões de pessoas. Além disso, é possível constatar que a Internet teve como um dos seus grandes efeitos novas possibilidades de atuação e articulação coletiva desterritorializada, que seriam improváveis antes da consolidação da rede. Ações coletivas em rede como a construção colaborativa da Wikipédia se somam a milhares de pequenas comunidades que desenvolvem programas de computadores livres, muitas vezes reunindo pessoas de mais de um continente. Tais expressões da inteligência coletiva seriam dificilmente realizadas sem a existência da comunicação em redes digitais distribuídas.

Aqui, a expressão poder comunicacional é empregada como definidora do grau de autonomia que um indivíduo ou coletivo possui para obter informações e para disseminar conteúdos independentemente da vontade de outros indivíduos e coletivos. O poder comunicacional sempre é relacional, deve ser entendido como posições historicamente adquiridas que permitem uma maior ou menor capacidade de empregar estratégias de poder a partir dos arranjos comunicativos. Esta definição de poder comunicacional pode ser compatibilizada com a abordagem de Manuel Castells sobre a comunicação em uma sociedade em rede globalizada que permite “diferenciar quatro formas de poder distintas: poder de conectar em rede (networking power); poder da rede (network power); poder em rede (networked power); e poder para criar redes (network-making power)” (CASTELLS, 2009: 72).

Entre todas as formas de poder, a mais importante e crucial é a capacidade para criar redes (network-making power), de descobrir novas lógicas envolventes e que atraiam indivíduos e coletivos em suas teias. Para Castells, nas sociedades em rede, o exercício do controle sobre os outros se realiza por meio de dois mecanismos básicos: a capacidade de constituir e de reprogramar as redes segundo os seus interesses e finalidades; e a capacidade para conectar diferentes redes e assegurar sua cooperação estratégica (2009: 76) .

David Ugarte, em seu texto o Poder da Redes, considera que as tentativas de controle no cenário informacional são ineficazes uma vez que em uma rede distribuída, “por definição, ninguém depende exclusivamente de ninguém para poder levar a qualquer outro sua mensagem. Não há filtros únicos” (2008: 26). Para reforçar o argumento, utiliza a definição de Alexander Bard e Jan Söderqvist, que definem uma rede distribuída como aquela em que “todo ator individual decide sobre si mesmo, mas carece da capacidade e da oportunidade para decidir sobre qualquer dos demais atores” (UGARTE, 2008: 26).

Todavia, é necessário definir com precisão o termo controle. Controle é um ato ou efeito daquele ou daquilo que pode controlar. Para o senso comum, controlar pode ser definido como exercer poder, autoridade sobre alguém ou sobre algo. Pode ser sinônimo de dominar. O controle, em muitas situações, acaba sendo entendido como um sinônimo de comandar, ou seja, exercer um mando; deter autoridade sobre outrem; conduzir. Em um sentido ainda forte, pode ser interpretado como o exercício de uma

ação restritiva, conter, regular. Também pode ser empregado de modo mais fraco, apenas como o ato de submeter a exame e vigilância, fiscalizar e monitorar.

Michel Foucault utilizou a expressão controle social para definir uma prática que se disseminou com a extensão das técnicas disciplinares e que para ele caracteriza uma época, ou seja, da formação e da transformação dos indivíduos em função de certas normas (FOUCAULT, 1984: 88-90). O controle se fazia com confinamento e com o exercício do poder de disciplinar os corpos e a vida da espécie. Já o filósofo Gilles Deleuze considera que a partir de meados do século XX, as sociedades disciplinares, identificadas por Foucault, perdem a primazia e começam a se formar sociedades de controle:

São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares. “Controle” é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo. Paul Virillo também analisa sem parar as formas ultrarápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado. Não cabe invocar produções farmacêuticas extraordinárias, formações nucleares, manipulações genéticas, ainda que elas sejam destinadas a intervir no novo processo. Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições. Por exemplo, na crise do hospital como meio de confinamento, a setorização, os hospitais-dia, o atendimento a domicílio puderam marcar de início novas liberdades, mas também passaram a integrar mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos. (DELEUZE, 1992: 220)

As instituições disciplinares apontadas por Foucault trabalham com moldes e moldagens, com adestramentos. Deleuze destacou que a sociedade atual trabalha com controles como modulações que se articulam em um sistema de geometria variável. Neste sentido deleuziano, o poder comunicacional pode ser pensado como a garantia de autonomia dentro de uma sociedade em rede que também pode ser mais bem definida concretamente como uma sociedade baseada em redes cibernéticas, termo que expressa a ideia de comunicação e controle. Desse modo, a Internet, a maior expressão da sociedade em rede, pode ser declarada também como a grande manifestação da sociedade de controle. Neste sentido, a rede mundial de computadores é um gigantesco arranjo de técnicas de controle de informações que, por sua vez, é o que assegura a grande interatividade, velocidade e dispersão da comunicação.

Para esclarecer melhor esta questão podemos recorrer a Alexander Galloway, autor de “Protocol: how control exists after decentralization”. Galloway detalha o controle em uma rede distribuída como a Internet. Mais do que isso, afirma ser o controle aquilo que assegura a possibilidade de maior interatividade entre os nós das redes que conectam cidadãos dispersos pelo planeta. O novo aparato de controle do século XXI tem na comunicação em rede a sua principal expressão:

The diagram is the distributed network, a structural form without center that resembles a web or meshwork. The technology is the digital computer, an abstract

machine able to perform the work of any other machine (provided it can be described logically). The management style is protocol, the principle of organization native to computers in distributed networks. (GALLOWAY, 2004: 3)

A Internet, que assegura a liberdade de expressão para grupos como o Wikileaks e práticas alternativas radicais, articulações que redundam em ações de resistência e contrapoder, é realizada sobre uma rede de comunicação completamente controlada por protocolos técnicos, definições precisas de como um computador deve se comunicar com outros, como uma informação deve ser transportada na rede, entre milhares de outras determinações. Sem tais controles, a interação, muitas vezes em tempo real, entre as pessoas distribuídas em pontos distantes, seria inviável.

Neste sentido, Galloway afirmou que a rede "in fact goes further to create the mostly highly controlled mass media hitherto known" (2004: 147). O controle social é dado pela necessidade de se aceitar os controles protocolares e seus limites. Não se trata de declará-los opressivos ou julgá-los como algo ruim. Eles existem, partem das tecnologias e estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano. Todavia, estes controles inicialmente tecnológicos se prestam também a se tornar controles políticos e culturais. É a partir de tais constatações que devemos observar o fenômeno do Wikileaks e as articulações em rede que se formam a partir da Internet.

## OS ARGUMENTOS DE EVGENY MOROZOV

Nos últimos meses da primeira década do século XXI, um jornalista tem sido aclamado como o grande crítico da ideia de que a Internet ampliou o poder comunicacional das pessoas e organizações. Seu nome é Evgeny Morozov, autor de *The Net Delusion: the dark side of Internet freedom*. Partindo do desconhecimento de boa parte dos cidadãos sobre as redes distribuídas, Morozov coloca-se na postura de um realista, mas destila opiniões conservadoras que, ao afirmar que a rede pouco pode fazer pela democracia, desconsidera as dramáticas batalhas dos segmentos autoritários e reacionários pela conversão dos controles técnicos em controle cultural e político dos cidadãos conectados.

Morozov defende a tese de que os ativistas democráticos exageram nas qualidades e possibilidades da comunicação em rede e, por isso, os denomina ciber-utópicos. Estranhamente não se pronuncia sobre os ciberludistas, completamente descrentes nos aspectos positivos da digitalização, talvez porque pertença a este grupo. Um dos seus principais argumentos é que o uso da Internet e suas redes sociais servem igualmente, ou até mais, aos ditadores do que aos ciberativistas da liberdade.

A Twitter revolution is only possible in a regime where the state apparatus is completely ignorant of the Internet and has no virtual presence of its own. However, most authoritarian states are now moving in the opposite direction, eagerly exploiting cyberspace for their own strategic purposes. Even technology laggards like

North Korea are increasingly accused of harboring cyberwarfare ambitions. [...] As it happens, both Twitter and Facebook give Iran's secret services superb platforms for gathering open source intelligence about the future revolutionaries, revealing how they are connected to each other. These details are now being shared voluntarily, without any external pressure. Once regimes used torture to get this kind of data; now it's freely available on Facebook. (MOROZOV, 2009, online)

Primeiro, a premissa do raciocínio de Morozov está equivocada. Ela parte de crença de que as pessoas em países ditatoriais são politicamente ingênuas e sem noção dos riscos de realizar críticas aos governantes. Na realidade, um dos pontos fortes dos governos autoritários é a imposição do silêncio político a partir da generalização do temor de retaliações contra as vozes dissonantes. Além disso, quando as pessoas em um país ditatorial começam a falar de política em redes sociais e em blogs é porque a situação está insustentável do ponto de vista da legitimidade do regime. Uma das características das ditaduras é que as pessoas a ela submetidas sabem dos riscos que correm diante dos seus governos. Pode-se dominar pela força, mas a legitimidade vem do consentimento. Morozov não observou os movimentos sociais e políticos que enfrentaram ditaduras e talvez, por isso, também desconsidere que governos autoritários caem pela mobilização, quase nunca pela benevolência dos seus ditadores. Com a rede e com o aumento do poder comunicacional das pessoas, as mobilizações podem ser mais rapidamente articuladas, mesmo diante do rastreadores de tags, palavras-chave e números Ips.

Segundo, em países autoritários, os movimentos de resistência quase sempre são clandestinos e envolvem poucos militantes se comparados com os movimentos de massa e com as multidões que se organizam repentinamente diante da perda de legitimidade dos regimes. Os militantes clandestinos precisam ser muito desinformados para abrir uma página no Facebook com a sigla de sua organização ou os slogans anti-ditatoriais como as críticas de Morozov tenta nos fazer crer. Estas páginas quando existem são mantidas e criadas por lideranças que estão no exílio. Além disso, toda organização que vive sob um governo apoiado pelos Estados Unidos ou de países que integram o projeto Echelon sabem que não somente a Internet é escaneada, como também as comunicações via celulares e demais meios eletromagnéticos.

Por isso, as objeções de Morozov, como as que aqui reproduzi de um artigo de 2009, caíram por terra em 2011, nas manifestações do Egito. Quando milhares de pessoas observam centenas de páginas de críticas ao governo de Mubarak postadas no Facebook e comentários críticos no Twitter, bem como, decidem se reunir em praça pública, os serviços de inteligência e a polícia política dificilmente consegue atuar com eficácia. Além disso, a prisão de dezenas de microativistas, em uma situação de perda de legitimidade, pode gerar um contraefeito. Foi o que aconteceu no Egito, entre janeiro e fevereiro de 2011. Nem mesmo com a colaboração dos assessores das agências de inteligência norte-americana, aliadas do ditador Mubarak, com os dados obtidos dos servidores do Facebook, foi possível evitar que as manifestações fossem convocadas pelas redes sociais. Não foi o Facebook que derrubou o governo

do Egito, foram as massas indignadas que utilizaram a Internet para se autoorganizarem. Só restou ao governo desconectar o país da Internet, exercendo o que Castells classificou como poder de conectar em rede (networking power), no caso, bloqueando o acesso da população à Internet. A rede decididamente não beneficiou o ditador.

Morozov talvez não tenha percebido como uma rede de controle baseada nos protocolos TCP/IP pode assegurar a liberdade de comunicação. Ao desconsiderar que a Internet é sim um ambiente de rastreamento que, ao mesmo tempo, foi desenvolvido com antídotos ao seu controle político, não se dispõe a observar efetivamente como os governos autoritários e grupos políticos ligados a corporações capitalistas atuam para neutralizar e bloquear a liberdade e as possibilidades inigualáveis de articulação que a Internet assegurou até o momento.

Em um artigo intitulado *The age of the WikiLeaks-style vigilante geek is over*, Morozov parece acreditar que o grande acerto do Wikileaks foi se aliar à mídia tradicional para divulgar os vazamentos. Chegou a afirmar corretamente que o Wikileaks não tem nenhuma proximidade com práticas colaborativas apelidadas de 2.0, mas dá a entender que não é possível apurar informações de modo distribuído, ou seja, colaborativamente, pois alega que “ao contrário da Wikipédia, o WikiLeaks não pode simplesmente usar o modelo colaborativo nesse processo (crowdsourcing), colocar todos os documentos que vazaram online e solicitar ajuda de estranhos - afinal, os estrangeiros poderiam ter agendas políticas próprias”. Morozov, ao colocar a impossibilidade de análise colaborativa de documentos sigilosos, desconhece os diversos tipos de colaboração que existem na rede. O mesmo argumento poderia ser usado para afirmar a impossibilidade de desenvolver um software seguro de modo colaborativo, em rede, pois seria muito fácil que sabotadores participassem do processo para inviabilizá-lo. Todavia, existem vários mecanismos que a comunidade de software livre utiliza para garantir a qualidade do software, desde sistemas de reputação sofisticados que credenciam ou não um desenvolvedor para participar de níveis mais altos de decisão, até mecanismos de avaliação massivos dos códigos desenvolvidos. O fato é que o código-fonte aberto, seja de um software ou de um conjunto de informações, em vez de ser o que inviabiliza uma boa análise é o que assegura que as análises frágeis ou falsas sejam rapidamente percebidas.

No mesmo artigo, Morozov faz um questionamento muito importante do modelo assumido pelo líder do Wikileaks, Julian Assange: “enquanto WikiLeaks precisa desesperadamente de seus parceiros de mídia, não está claro se os parceiros de mídia realmente precisam do WikiLeaks”. A estratégia do Wikileaks para divulgar os documentos da diplomacia norte-americana foi se aliar com órgãos da imprensa tradicional. Os objetivos eram dois: o primeiro, obter parceiros de peso para neutralizar os fortes ataques que viriam e vieram à organização; o segundo, era aumentar a credibilidade e, portanto, a repercussão das denúncias uma vez que seriam chanceladas pelos gatekeepers da velha mídia. Morozov afirma que essa estratégia de Assange deverá mudar, pois até a Al Jazeera abriu uma “unidade de transparência” para receber diretamente documentos e informações sigilosas.

Sem dúvida, a grande mídia nunca precisou do Wikileaks para receber e divulgar documentos sigilosos. O que talvez não tenha ficado claro para Morozov é que o Wikileaks buscou criar uma marca, no sentido literal do termo. Quanto mais forte a marca, mais ela atrai seus possíveis interessados. A aposta de Assange foi construir um forte reputação que levaria os futuros “vazadores” a preferirem entregar as informações sigilosas para o Wikileaks, pois esta seria uma garantia de que obteriam maior reputação do que entregá-la a um jornal nacional qualquer que poderia, por fim, nem mesmo publicá-la. A estratégia de Assange não foi consensual dentro dos integrantes do Wikileaks o que gerou o surgimento do OpenLeaks, uma rede que pretende ser uma plataforma para disseminar as denúncias que conte mais com a colaboração e com a avaliação distribuída da veracidade dos documentos, sempre possibilitando sua checagem junto aos originais.

## O WIKILEAKS E A POLÍTICA DO ESCÂNDALO

O Wikileaks obteve uma grande repercussão na mídia tradicional e nas redes sociais. Apesar do domínio wikileaks.org ter sido registrado em 4 de outubro de 2006 e de ter realizado vazamentos importantes, tal como o da existência das reuniões de alguns Estados para impor ao mundo o ACTA (Anti-Counterfeiting Trade Agreement), vazado em 2008, ele obteve uma grande projeção na opinião pública internacional somente em 2010, após divulgar informações secretas do governo norte-americano, principalmente vinculadas às guerras do Iraque e do Afeganistão. É curioso notar que as denúncias contidas nos documentos confirmam o que já habitava o senso comum sobre a ação que os Estados Unidos promoveram após o 11 de setembro.

Até mesmo Hollywood trabalhava abertamente com as notórias mentiras e ações obscuras do Exército norte-americano. Entre uma infinidade de exemplos, o filme de ficção *Green Zone*, lançado em 2010, mostra a farsa dos argumentos utilizados pelo governo norte-americano para invadir do Iraque, deixa claro que as agências de inteligência dos Estados Unidos assassinam pessoas consideradas inimigas, manipulam jornalistas, entre outras ações inconfessáveis. Em uma sinopse do filme *Green Zone*, podemos ler:

Em 2003, o subtenente do exército americano Roy Miller (Matt Damon) e sua equipe são designados para achar armas de destruição em massa supostamente guardadas no deserto do Iraque. Mas, indo de um lugar cheio de armadilhas e trincheiras a outro, os homens que buscam agentes químicos mortais esbarram em uma farsa que subverte o propósito da missão. Agora Miller precisa vasculhar os serviços secreto e de inteligência escondidos em terra estrangeira para encontrar respostas que ora acabarão com um regime nocivo ora propagarão uma guerra em uma região instável. Nesse momento delicado e nesse lugar inflamável, ele descobre que a arma mais ilusória de todas é a verdade.

Esta fusão entre a política e as ações espetaculares são cada vez mais a base das disputas pelo poder. John B. Thompson observou que “Os escândalos são batalhas pelo poder simbólico em que estão em

jogo a reputação e a confiança” (Thompson, 2000, p. 245). O Wikileaks trabalha com vazamentos, com a confirmação de fatos que os poderosos tentaram esconder, com o imaginário do perigo e com a necessidade dos poucos heróis que assumem os riscos de enfrentar o poder muitas vezes descomunal. O Wikileaks trabalha com o que Castells denominou de política do escândalo:

A centralidade do escândalos é também resultado das transformações da política. Tumber opina que a debilidade da identificação com os partidos e o declínio da militância estão na origem da política do escândalo, com o correspondente auge de uma “cultura do promocionalismo” em que políticos, governos e corporações favorecem seus próprios interesses sobre o interesse geral. (CASTELLS, 2009: 330)

A política do escândalo, de certo modo, aproxima a política do entretenimento. Se por um lado ela desnuda aquilo que o poder quer esconder, buscando deslegitimar o corrupto e o agressor, ao se tornar um padrão, enfraquece o envolvimento dos cidadãos nos debates cruciais e pouco espetaculares que precisam de solução democrática, deliberativa, em vez de autocrática ou de especialistas.

Manuel Castells advoga que a Internet incrementou muito a política do escândalo de duas maneiras fundamentais: “em primeiro lugar, abre a comunicação de massa a acusações e denúncias de múltiplas fontes, esquivando-se assim da capacidade de filtragem dos meios majoritários [...] Em segundo lugar, qualquer notícia emitida em qualquer formato e de qualquer procedência pode ter uma difusão viral imediata na Internet” (2009: 329). Defende também que as redes sociais e a blogosfera têm a possibilidade de alimentar as denúncias e as controvérsias de forma instantânea repercutindo os escândalos e desencadeando até mesmo guerras entre blogs. É preciso esclarecer que esses embates fazem parte de um cenário em que redes de simpatizantes de causas opostas cada vez mais se enfrentam no ciberespaço.

## **CONCLUSÃO: REDES DE ATIVISTAS ENFRENTAM REDES CONSERVADORAS**

Em síntese, a observação e a análise das implicações do fenômeno Wikileaks permitem chegar a três conclusões que serão detalhadas a seguir: 1) A mobilização política e cibernética contra o Wikileaks gerou uma grande articulação em sentido contrário. No caso, confirmou-se a afirmação de Galloway de que cada vez mais viveremos um cenário de enfrentamento de redes de fidelidade distintas. 2) Os embates em torno do Wikileaks permitiram alertar a opinião pública internacional para o fato de que as grandes corporações podem tentar anular a liberdade de expressão pelo controle que possuem da infraestrutura de comunicação. Podem, também, tentar desarticular as redes de apoio pelo sufocamento financeiro dos seus grupos opositores. 3) Disseminou-se como protesto legítimo um tipo de mobilização que combina conhecimento tecnológico (hacker) e adesão massiva de interagentes (ciberativismo). Foi testada uma forma importante de ciberativismo, o DDOS - não invasivo como uma legítima forma de mobilização. Apesar de ilegal em vários países, a ação dos Anonymous pode ser vista como equivalente às greves que nasceram como prática ilegal, sendo depois reconhecidas como direito.

Pela pressão dos grupos conservadores e das agências governamentais norte-americanas, a empresa Amazon deixou de hospedar o site do Wikileaks no início de dezembro de 2010. A Amazon disse ter atendido a solicitação do Comitê de Segurança e Assuntos Governamentais do Senado dos EUA, presidido por Joe Lieberman. A empresa também declarou estar sofrendo há vários meses ataques a seus servidores devido a manutenção do site do Wikileaks. Sem dúvida, os organismos de inteligência e os grupos conservadores atacam o Wikileaks como parte do que tem sido denominado cyberwar e netwar. Porém, a mobilização política e cibernética contra o Wikileaks gerou uma grande articulação em seu favor. Centenas de sites passaram a espelhar o site do Wikileaks, ou seja, as tentativas do governo mais poderoso do planeta de eliminar o site do Wikileaks fracassaram diante da rede distribuída, em que "todo ator individual decide sobre si mesmo, mas carece da capacidade e da oportunidade para decidir sobre qualquer dos demais atores", conforme a afirmação de Alexander Bard e Jan Söderqvist (UGARTE, 2008: 26).

Para desabilitar todos os sites espelhos, acima de mil, seria necessário uma ação política inviável no atual cenário internacional. Dificilmente todos os países acatariam a pressão norte-americana para perseguir e desabilitar os sites clones do Wikileaks. Por exemplo, o então presidente Lula declarou o seu apoio a Julian Assange e cobrou da imprensa a defesa da liberdade de expressão. Tecnicamente seria possível tentar bloquear e filtrar os sites do Wikileaks, mas isso seria pouco eficaz, pois existem recursos técnicos para superar com relativa facilidade tais bloqueios. Mudanças qualitativas nos conflitos podem emergir desta nova situação e de suas possibilidades tecnológicas e organizacionais, conforme já havia alertado John Arquilla e David Ronfeldt, na última década do século XX, no texto *In Athena's Camp – Preparing for conflict in the information age*.

Todavia, é importante ressaltar que uma das novidades do fenômeno Wikileaks foi a clara percepção de que redes de ciberativistas enfrentam redes políticas que articulam Estados e grandes corporações, bem como mobilizações conservadoras que aglutinam cidadãos comuns. Os Estados nacionais poderosos aliados às grandes corporações financeiras e de telecomunicações agiram para conter os vazamentos. Pelo controle da infraestrutura de serviços essenciais, a saber, o provimento de hospedagem de sites e de conexão, bem como, o de transferência de recursos financeiros e execução online de pagamentos, as grandes corporações agiram para barrar as possibilidades de existência da organização Wikileaks e de sua ação de denúncia.

É possível afirmar com toda segurança que uma das grandes implicações do fenômeno Wikileaks, mais do que as revelações sobre os vazamentos, foi o esclarecimento da opinião pública internacional de que as grandes corporações podem tentar anular a liberdade de expressão pelo controle que possuem da infraestrutura de comunicação, dos backbones por onde os fluxos de informação transitam. Estas técnicas não são novas, mas elas não estavam tão evidentes para a imprensa e para os segmentos da sociedade civil interessados em política. Aquilo que poderiam ser consideradas meras hipóteses acadêmicas foram

confirmadas pelos fatos. Na economia de rede em uma sociedade conectada, “há uma forma fundamental de exercício do poder que é comum a todas as redes: a exclusão da rede” (CASTELLS, 2009: 81).

Isso abriu espaço para que diversas associações dos antigos movimentos populares e sindicais atentassem para a importância de defenderem o princípio da neutralidade da rede, que exige a defesa do funcionamento da Internet baseada na liberdade dos fluxos informacionais que está sendo atacado em quase todo o mundo pelas empresas de telecomunicações. A neutralidade da rede é um princípio que visa impedir que aquele que controla a infraestrutura de comunicação possa definir o conteúdo dos dados que passam em sua rede física. Implica em defender que as camadas da internet sejam neutras uma em relação às outras, que o controlador dos cabos seja neutro em relação as mensagens e aplicações que os cidadãos enviam pela rede.

Um outro resultado dos acontecimentos em torno do Wikileaks foi perceber que a solidariedade em rede para enfrentar a truculência das grandes corporações depende de conhecimentos sobre a dinâmica da rede. O grupo denominado Anonymous articulou a “Operação Payback” que reuniu na Internet, nos canais de IRC e no próprio Twitter, simpatizantes para aumentar exponencialmente o acesso aos servidores do PayPal, Mastercard, Visa e PostFinance, até o momento em que as máquinas não consigam processar as solicitações de acesso e travem, saindo da rede. A operação denominada de ataque hacker pela imprensa foi contestada por Richard Stallman, fundador do movimento de software livre que a qualificou como uma ação voluntária massiva contra o controle unilateral da liberdade de expressão:

The Anonymous web protests over WikiLeaks are the internet equivalent of a mass demonstration. It's a mistake to call them hacking (playful cleverness) or cracking (security breaking). The LOIC program that is being used by the group is prepackaged so no cleverness is needed to run it, and it does not break any computer's security. The protesters have not tried to take control of Amazon's website, or extract any data from MasterCard. They enter through the site's front door, and it just can't cope with the volume.

Calling these protests DDoS, or distributed denial of service, attacks is misleading, too. A DDoS attack is done with thousands of “zombie” computers. Typically, somebody breaks the security of those computers (often with a virus) and takes remote control of them, then rigs them up as a “botnet” to do in unison whatever he directs (in this case, to overload a server). The Anonymous protesters' computers are not zombies; presumably they are being individually operated. (STALLMAN, 2010, ONLINE)

A conformação de uma multidão de voluntários online foi o equivalente a uma passeata nas ruas de uma grande cidade. Para aderir e integrar a multidão ninguém precisava conhecer programação, bastava estar interessado em participar da ação de bloqueio aos sites das corporações que bloquearam o Wikileaks. Sem dúvida, programadores exímios, efetivamente hackers, desenvolveram mais uma ferramenta

para apoiar a liberdade de expressão na rede. O que ocorreu de efetivamente novo no caso Wikileaks foi a união entre hackers e cidadãos comuns que puderam participar do hacktivismo sem serem hackers e alertaram o mundo sobre a gravidade do controle privado de estruturas transnacionais indispensáveis à cidadania. O que também foi possível constatar e que desponta como uma tendência foi a divisão da opinião pública internacional em redes que enfrentam redes de interesses opostos.

## REFERÊNCIAS

ARQUILLA, John; RONFELDT, David (ed.). In *Athena's Camp: preparing for conflict in the Information Age*. Washington, D.C.: RAND, 1997.

BENKLER, Yochai. *The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom*. New Haven: Yale University, 2006.

CASTELLS, Manuel. *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GALLOWAY, A. *Protocol : how control exists after decentralization*. Cambridge, MA.: MIT, 2004.

MOROZOV, Evgeny. Iran: Downside to the "Twitter Revolution". *Dissent*, Fall, 2009. Disponível: [http://www.evgenymorozov.com/morozov\\_twitter\\_dissent.pdf](http://www.evgenymorozov.com/morozov_twitter_dissent.pdf) Acesso 15/01/2011.

MOROZOV, Evgeny. The age of the WikiLeaks-style vigilante geek is over. *The Guardian*, Saturday 5 February 2011. Disponível: <http://www.guardian.co.uk/media/2011/feb/07/age-wikileaks-style-vigilante-geek-over> Acesso 20/02/2011.

ROVAI, Renato. A revolução pela rede. *Revista Fórum*, n. 96, março 2011, p.14.

STALLMAN, R. The Anonymous WikiLeaks protests are a mass demo against control. *The Guardian*, Friday 17 December 2010. Disponível: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2010/dec/17/anonymous-wikileaks-protest-amazon-mastercard> Acesso:15/02/2011.

UGARTE, David. *O poder das redes*. Porto Alegre : PUC-RS, 2008.

## NOTAS

<sup>1</sup>A primeira versão deste texto foi apresentada ao Grupo de Trabalho: Internet e Política, do IV Encontro da Compólitica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

<sup>2</sup>Sergio Amadeu da Silveira, UFABC, doutor em Ciência Política, e-mail: samadeu@gmail.com .

<sup>3</sup>Veja: Wikileaks: como um simples site pode mudar a história. Disponível: <http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4586459-EI12884,00-Wikileaks+como+um+simples+site+pode+mudar+a+historia.html> Acesso: 10/12/2010.

<sup>4</sup>O governo norte-americano atacou sites que se colocaram contra a guerra do Iraque. Veja: YellowTimes.org Shut Down! Stifling the Voice of Reason. Disponível: [http://dissidentvoice.org/Articles/Al-Atrachchi\\_YellowTimes-ShutDown.htm](http://dissidentvoice.org/Articles/Al-Atrachchi_YellowTimes-ShutDown.htm) Acesso em 20/02/2011.

<sup>5</sup> Veja: [http://digitalarts.lcc.gatech.edu/unesco/internet/artists/int\\_a\\_edtheater.html](http://digitalarts.lcc.gatech.edu/unesco/internet/artists/int_a_edtheater.html) Acesso 10/02/2011.

<sup>6</sup> Tradução livre: "A economia de informação em rede melhora a capacidade prática de indivíduos em três dimensões: (1) ela melhora a capacidade dos indivíduos de fazer mais para e por eles próprios; (2) ela aumenta a sua capacidade de fazer mais comunalmente (coletivamente) com outros, sem ser limitado a organizar a sua relação por um sistema de preços ou por sistemas tradicionais hierárquicos tradicionais de organizações sociais e econômicas; e (3) ela melhora a capacidade de indivíduos fazerem mais em organizações formais que operam fora da esfera do mercado". (BENKLER, 2007: 8)

<sup>7</sup>Tradução livre: "O diagrama é a rede distribuída, de forma estrutural, sem centro, que lembra uma teia ou uma malha. A tecnologia é o computador digital, uma máquina abstrata capaz de realizar o trabalho de qualquer outra máquina (desde que possa ser descrita de forma lógica). O estilo de gestão é o protocolo, o princípio da organização nativo dos computadores em redes distribuídas."

<sup>8</sup>Tradução livre: "na verdade, vai mais longe ao criar a mais controlada mídia de massa jamais conhecida".

<sup>9</sup>Tradução livre: "Uma revolução Twitter só é possível em um regime onde o aparelho de Estado é completamente ignorante da Internet e não tem presença virtual própria. No entanto, a maioria dos estados autoritários estão agora se movendo na direção oposta, ansiosamente exploram o ciberespaço para seus próprios fins estratégicos. Mesmo os retardatários da tecnologia, como a Coreia do Norte são cada vez mais acusados de possuir ambições de praticar a ciberguerra. [...]"

Quando isso acontece, tanto o Twitter e o Facebook dão aos serviços secretos do Irã uma excelente plataforma de fonte aberta para coleta de informações sobre os futuros revolucionários, revelando como eles estão conectados uns aos outros. Esses detalhes são compartilhados de forma voluntária, sem qualquer pressão externa. Antes os regimes usavam a tortura para obter este tipo de dados, agora eles estão disponíveis gratuitamente no Facebook."

<sup>10</sup>Disponível:<http://www.guardian.co.uk/media/2011/feb/07/age-wikileaks-style-vigilante-geek-over> Acesso 25/02/2011.

<sup>11</sup><http://www.openleaks.org/>

<sup>12</sup>Disponível: [http://interfilmes.com/filme\\_22463\\_Zona.Verde-%28Green.Zone%29.html](http://interfilmes.com/filme_22463_Zona.Verde-%28Green.Zone%29.html) Acesso em 20/03/2011.

<sup>13</sup>Amazon cria polêmica ao expulsar WikiLeaks. Disponível: <http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4824089-EI12884,00-Amazon+cria+polemica+ao+expulsar+WikiLeaks.html> Acesso em 20/03/2011.

<sup>14</sup>Quase 800 sites pelo mundo já hospedam cópias do WikiLeaks. Disponível: <http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4831926-EI12884,00-Quase+sites+pelo+mundo+ja+hospedam+copias+do+WikiLeaks.html> Acesso em 20/03/2011.

<sup>15</sup> Veja a dispersão dos sites que replicaram o Wikileaks na matéria: Google Earth cria mapa mundial de espelhos do WikiLeaks. Disponível: <http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4841857-EI12884,00-Google+Earth+cria+mapa+mundial+de+espelhos+do+WikiLeaks.html> Acesso: 20/02/2011.

<sup>16</sup>Post no Blog do Planalto com a declaração do presidente Lula. Disponível: <http://blog.planalto.gov.br/presidente-presta-solidariedade-em-publico-ao-wikileaks/> Acesso em 20/02/2011.

<sup>17</sup>Amazon cria polêmica ao expulsar WikiLeaks.

<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4824089-EI12884,00-Amazon+cria+polemica+ao+expulsar+WikiLeaks.html> Acesso: 10/02/2011

Quase 800 sites pelo mundo já hospedam cópias do WikiLeaks

<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4831926-EI12884,00-Quase+sites+pelo+mundo+ja+hospedam+copias+do+WikiLeaks.html> Acesso: 10/02/2011

Google Earth cria mapa mundial de espelhos do WikiLeaks

<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4841857-EI12884,00-Google+Earth+cria+mapa+mundial+de+espelhos+do+WikiLeaks.html> Acesso: 10/02/2011

Hackers anunciam ataque à Visa pelo Twitter

<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4834312-EI12884,00-Hackers+anunciam+ataque+a+Visa+pelo+Twitter.html> Acesso: 10/02/2011

Hackers justificam ataques à MasterCard e à Justiça sueca

<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4833695-EI12884,00-Hackers+justificam+ataques+a+MasterCard+e+a+Justica+sueca.html> Acesso: 10/02/2011

Hackers lançam nova ferramenta nos ataques pró-WikiLeaks

<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4837621-EI12884,00-Hackers+lancam+nova+ferramenta+nos+ataques+proWikiLeaks.html> Acesso: 10/02/2011

Grupo de simpatizantes do WikiLeaks abandonará ataques a sites

<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4841069-EI12884,00-Grupo+de+simpatizantes+do+WikiLeaks+abandonara+ataques+a+sites.html> Acesso: 10/02/2011

Anonymous: "não somos hackers, mas cidadãos da internet"

<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4837617-EI12884,00-Anonymous+nao+somos+hackers+mas+cidadaos+da+internet.html> Acesso: 10/02/2011

<sup>18</sup>Tradução livre: "Os protestos organizados pelos Anonymous sobre WikiLeaks são o equivalente de uma manifestação em massa. É um erro chamá-los (habilidade lúdica) hacking ou cracking (quebra de segurança). O programa LOIC que está sendo usado pelo grupo é pré-configurado de forma que nenhuma habilidade é necessária para executá-lo, bem como não é preciso quebrar a segurança de qualquer computador. Os manifestantes não tentaram tomar o controle do site da Amazon ou extrair quaisquer dados da MasterCard. Eles entram pela porta da frente e estes sites simplesmente não conseguem lidar com o volume de acessos.

Chamar esses protestos DDoS, ou ataque distribuído de negação de serviço, é também enganoso. Um ataque DDoS é feito com milhares de computadores "zumbis". Normalmente, alguém quebra a segurança dos computadores (muitas vezes com um vírus) e assume o controle remoto deles, para utilizá-los como plataformas, "botnet" para se dirigir em uníssono a um único endereço (neste caso, para sobrecarregar um servidor). Os manifestantes reunidos pelo Anonymous usaram computadores que "não são zumbis, presumivelmente, eram operados individualmente."

---

**Artigo recebido em:** 02 de junho de 2011.

**Aprovado em:** 15 de junho de 2011.

**ISSN:** 18099386